

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Nome

DOMINIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA EPP

Código Ato

## Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LAURA OFÉLIA REGA ABITAN SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

[illegible]

Deferido em 14/05/2019 e arquivado em 15/05/2019

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/279589-9

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

12

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DOMINIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA EPP

NIRE: 332.1019162-4 Protocolo: 00-2019/279589-9 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/05/2019 SOB O NÚMERO 00003611924 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BE35EC1E5488FB3A7A0482A5AB5CD4690856274D4994DEC3203F7991961A06F4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/12





**33ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA****DOMÍNIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.****CNPJ/MF: 04.491.285/0001-61****NIRE nº 33210191624**

- 1) **RICARDO ROSATI**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18266204-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.141.598-42 e registrado no CRC sob o nº 1SP220213/O-6, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Custódio de Oliveira, 258, apartamento 72, CEP: 05630-050; e
- 2) **FÁBIO LUIS DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 20.659.140-8-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 154.027.818-26, registrado no CRC sob o nº 1SP237605/O-1, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aperana, 107, apartamento 202, Leblon, CEP: 22.450-190; e
- 3) **LUCIANO CARDOSO DA SILVA**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 085086/O-9 CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.415.167-20, residente e domiciliado no Município de Belford Roxo, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Júlio, 5A, Bairro dos Ferreiras, CEP: 26183-720.

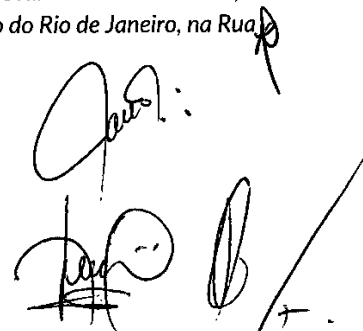
Únicos sócios representando a totalidade do capital social da sociedade denominada **DOMÍNIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 42 - 11º e 12º andares - Edifício Passeio - Centro - CEP 20.021-290, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.491.285/0001-61, resolvem alterar parcialmente e consolidar o contrato social, conforme segue:

**I - DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SOCIEDADE**

Por este instrumento, em decorrência da alteração do endereço da sede da Sociedade, decide a unanimidade dos sócios, pela alteração da Cláusula 1ª (Da Denominação e Sede), da Consolidação do Contrato Social, que passará a vigor com a seguinte redação:

**"Cláusula 1ª - DA DENOMINAÇÃO E SEDE**

"A sociedade girará sob a denominação social de **DOMÍNIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.**, e adotará o nome fantasia "**MAZARS**", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua



Candelária, 60, 08º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 09º andar, Centro, CEP: 20091-020 e será regida pelas disposições do Código Civil aplicáveis especificadamente ao tipo jurídico adotado, para os casos omissos no presente instrumento e no Código Civil, os mesmos serão regidos supletivamente pela Lei nº 6.404/76, nos termos do § 1º, no artigo 1.503 do Código Civil.

**Parágrafo Único** - O prazo de duração será por tempo indeterminado."

## **II - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Em vista das alterações acima e para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE**

#### **OMÍNIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.**

**CNPJ/MF: 04.491.285/0001-61**

**NIRE nº 33210191624**

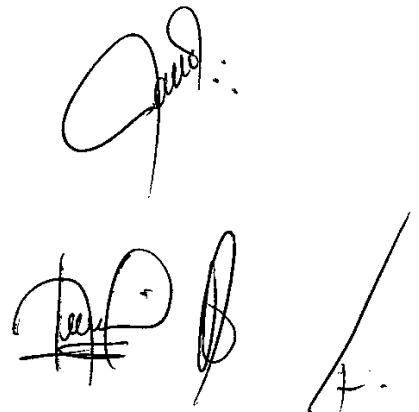
#### **Cláusula 1ª - DA DENOMINAÇÃO E SEDE**

A sociedade gira sob a denominação social de **DOMÍNIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA.**, e adotará o nome fantasia "**MAZARS**", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Candelária, 60, 08º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 09º andar, Centro, CEP: 20091-020 e será regida pelas disposições do Código Civil aplicáveis especificadamente ao tipo jurídico adotado, para os casos omissos no presente instrumento e no Código Civil, os mesmos serão regidos supletivamente pela Lei nº 6.404/76, nos termos do § 1º, no artigo 1.503 do Código Civil.

**Parágrafo Único** - O prazo de duração será por tempo indeterminado.

#### **Cláusula 2ª - DO OBJETO SOCIAL**

O objeto social é a prestação de serviços de contabilidade previstos nos itens "a" e "b", do art. 25, Decreto-Lei nº 9295/46 e serviços paracontábeis.



**Cláusula 3ª - DO CAPITAL SOCIAL**

O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país e assim distribuído entre os sócios:

<i>Sócios</i>	<i>Quantidade de Quotas</i>	<i>Valor total das Quotas (R\$)</i>
<b>RICARDO ROSATI</b>	19.998	19.998,00
<b>FÁBIO LUIS DE SOUSA</b>	1	1,00
<b>LUCIANO CARDOSO DA SILVA</b>	1	1,00
<b>TOTAL</b>	20.000	20.000,00

**Parágrafo Único** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula 4ª - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A responsabilidade técnica compete aos sócios, os Srs. **RICARDO ROSATI, FÁBIO LUIS DE SOUSA e LUCIANO CARDOSO DA SILVA**, já qualificados.

**Cláusula 5ª - DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **RICARDO ROSATI**, pelos procuradores por ele constituído, sendo que as procurações atenderão o disposto no artigo 1.018 do Código Civil, e sempre conterão os atos e operações que poderão ser praticadas pelos procuradores e o prazo de validade.

**Parágrafo Primeiro** - O administrador fica dispensado de caução e poderá ser destituído de suas funções, sem direito a qualquer indenização, devendo no mesmo ato proceder-se a sua substituição. O quórum deliberativo, tanto para a destituição, como para a nomeação do substituto, é de 75 % (setenta e cinco por cento) do capital social.

**Parágrafo Segundo** - Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativa. Externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações. Para alienação ou gravame de bens do ativo cujo valor, individualmente ou no conjunto, corresponda a 20% (vinte por cento) ou mais do valor do patrimônio líquido contábil da Sociedade, é necessária a aprovação de sócios que representem pelo menos 50 % (cinquenta por cento) do capital social.

**Parágrafo Terceiro** - Externamente, a sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada:

- a) Por um administrador;
- b) Por procurador, estritamente de acordo com os poderes contidos nos respectivos instrumentos de mandato; ou,
- c) Por um procurador e um administrador, para questões relacionadas às movimentações de cunho financeiro, compreendendo, mais não se limitando, as movimentações bancárias, assinatura de contratos de câmbio e pagamentos de títulos e tributos, bem como, demais poderes que estiverem discriminados no instrumento de procuração.

**Parágrafo Quarto** - A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita desde que:

- a) Seja assinada por um dos administradores;
- b) Contenha prazo determinado de vigência, exceto se para fins judiciais; e,
- c) Especifique os atos a serem praticados.

#### **Cláusula 6ª - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

As quotas sociais e os direitos de subscrição poderão ser cedidos entre os sócios livremente, contudo não poderão ser cedidos a terceiros, sem que antes os demais sócios e a sociedade sejam notificados por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem, em igualdade de condições, seu direito de preferência na aquisição. Não havendo manifestação dentro dos 30 (trinta) dias, por parte dos demais sócios, estes perderão o direito de preferência. A notificação conterá o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas e o preço por ele proposto.

**Parágrafo Primeiro** - Se todos os demais sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro-rata, as quotas e/ou direitos que restarem.

**Parágrafo Segundo** - A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios remanescentes, representantes de mais de 1/4 do capital social, poderão rejeitar, expressamente, no mesmo prazo para manifestação do direito de preferência, mencionado no caput deste artigo, o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas.

**I** - Em caso de discordância o cedente poderá indicar, por escrito, até 2 (dois) novos interessados na aquisição das quotas, informando os nomes e os preços por eles propostos, devolvendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência pelos sócios e pela sociedade.

*Assinaturas manuscritas:*

Assinatura 1: [Assinatura]

Assinatura 2: [Assinatura]

Assinatura 3: [Assinatura]



**II** - Persistindo a discordância, promover-se-á a liquidação dessas quotas, restituindo ao sócio retirante seus haveres, na forma da Cláusula 9ª deste contrato social.

**Parágrafo Quarto** - Não exercido o direito de preferência pelos quotistas e/ou pela sociedade, bem como não rejeitado, expressamente, o nome do terceiro interessado, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a um dos terceiros indicados, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo indicado no caput deste artigo, e após o qual a notificação perderá sua eficácia.

**Parágrafo Quinto** - A não observância do disposto neste artigo torna a transferência, cessão, alienação ou oneração, nula.

**Parágrafo Sexto** - Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, assim como a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

**Parágrafo Sétimo** - O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização.

#### **Cláusula 7ª - DA PRESTAÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES**

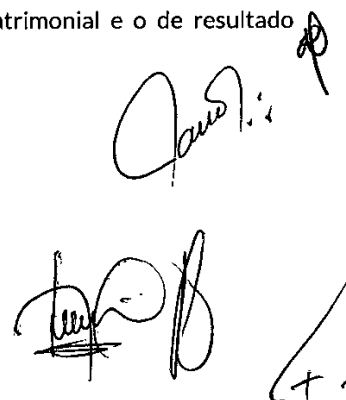
Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas da sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras. O resultado terá a destinação deliberada pelos sócios.

**Parágrafo Único** - Os lucros serão distribuídos aos sócios com base em demonstração de resultado apurado mensalmente, sem guardar, necessariamente, a proporcionalidade de suas quotas.

#### **Cláusula 8ª - DA APRECIÇÃO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES**

A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com objetivo de:

- I - Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- II - Designar administradores, quando for o caso;



III – Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**Parágrafo Primeiro** - A Reunião poderá ocorrer com a participação dos sócios deslocados ou residentes em localidades distantes e em outros países, através de áudio ou videoconferência, conectada em tempo real com a realização da Reunião, desde que respeitado o método colegial e o princípio da boa-fé.

**Parágrafo Segundo** - A Reunião será considerada válida e realizada no local onde se encontra fisicamente o Presidente e necessariamente o secretário, por ele indicado.

**Cláusula 9ª - DA RETIRADA, EXCLUSÃO, SUCESSÃO, APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, FALECIMENTO, AUSÊNCIA E INCAPACIDADE**

Em virtude das características intelectuais individuais dos sócios que compõe o quadro societário da Sociedade, nas hipóteses de retirada, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade de qualquer um dos sócios, a apuração dos haveres consistirá na devolução do valor investido para integralizar a sua participação societária no capital social da sociedade, bem como do valor relacionado ao capital de giro, até a data base de sua retirada, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital - a correção será pelo índice que refletir a inflação do período contado da data da integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade pelo sócio até a quitação da 24ª (vigésima quarta) parcela prevista no parágrafo único.

**Parágrafo único:** O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no caput, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração.

**Cláusula 10ª - DA DELIBERAÇÃO**

O presente contrato social poderá ser alterado, somente por deliberação dos sócios que detenham no mínimo 75% do capital social.

**Cláusula 11ª - DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

É admitida a exclusão de qualquer dos sócios, mediante simples alteração de contrato social, observando-se o quórum estabelecido no artigo 1076, inciso I do Código Civil, nos caso de produtividade inferior aos critérios objetivos predefinidos pela sociedade por 3 (três) meses alternados ou consecutivos permitindo-se, ainda, a exclusão de qualquer dos sócios da Sociedade, a qualquer tempo, por justa causa, mediante a decisão de conjunto de sócios que representem pelo menos 75% do capital social integralizado.



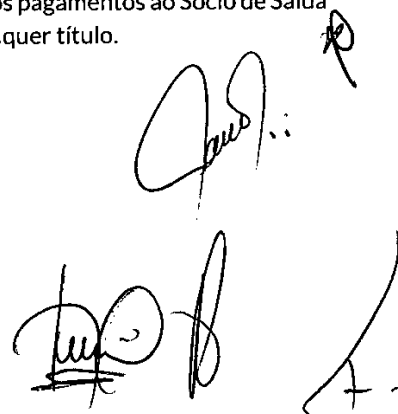
**Parágrafo Primeiro** – Entende-se por justa causa como sendo qualquer inobservância pelo sócio em questão das obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado e/ou na legislação aplicável, incluindo, (i) culpa ou dolo na condução dos negócios da respectiva sociedade, (ii) prática de atos contrários ao disposto na legislação aplicável, neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado, (iii) imposição de qualquer sanção (seja disciplinar ou de outra natureza) pelo órgão regulador da profissão no qual o sócio em questão seja ou deveria ser inscrito para o desempenho de suas atividades profissionais, (iv) prática de atos com a intenção de obter vantagem em nome próprio ou para terceiro que sejam prejudiciais aos interesses da respectiva sociedade, (v) quebra do *affectio societatis*; (vi) descumprimento de qualquer obrigação decorrente de qualquer contrato firmado com qualquer sociedade pertencente ao Grupo Mazars Brasil e/ou a qualquer outra sociedade do Grupo Mazars e ou (vii) ações do sócio que esteja tipificadas nos motivos passíveis da exclusão de sócio, previstos no item 15.3. do Acordo de Quotistas.

**Parágrafo Segundo** - Ao sócio de Saída, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, será dada ciência da causa justificada que se lhe imputa e será convocada Assembleia de Sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual, por si ou por procurador, poderá o Sócio de Saída usar da palavra e inclusive oferecer defesa escrita, mas sem direito de voto.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios excluídos da Sociedade por decisão dos demais sócios, farão jus ao reembolso das quotas por ele efetivamente integralizadas, através da apuração dos haveres, que consistirá na devolução do calor investido para integralizar a sua participação no capital social, bem como, do valor relacionado ao capital de giro, até a data de sua retira, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: (i) para a integralização do capital – a correção será realizada pelo índice que refletir a inflação do período contado da data de integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade até a quitação da 14ª (vigésima quarta) parcela prevista no parágrafo 4º desta Cláusula.

**Parágrafo Quarto** – O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no parágrafo precedente, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração descrita no parágrafo 3º acima.

**Parágrafo Quinto** - O pagamento dos valores mencionados nos parágrafos terceiro e quarto acima isentará a sociedade das quotas e os demais sócios do seu grupo de quaisquer outros pagamentos ao Sócio de Saída ou a qualquer sucessor, inventariante ou curador do Sócio de Saída, a qualquer título.



**CLAUSULA 12ª - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

O administrador **RICARDO ROSATI** declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002, bem como autorizam todos os registros, averbações e os demais atos necessários para a legalização do presente Contrato Social perante os órgãos competentes.

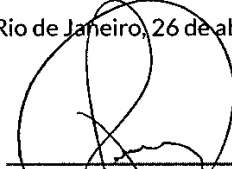
**Cláusula 13ª - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA**

Toda e qualquer controvérsia que possa surgir da interpretação ou da execução deste contrato, será resolvida por um ou mais árbitros, de acordo com os termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), com a estrita observância à legislação vigente, em especial a Lei nº 9.307/96.

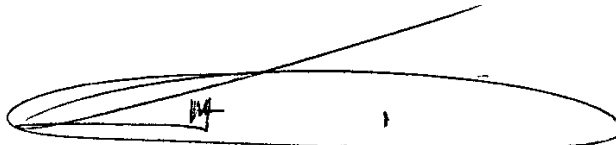
**Parágrafo Primeiro** – Os sócios renunciam expressamente à jurisdição Estatal, prevalecendo a jurisdição arbitral acima de qualquer outra, não comportando exceção. A jurisdição estatal somente funcionará como executora da sentença arbitral.

**Parágrafo Segundo** – A sede da Arbitragem e da prolação da sentença será a da Cidade de São Paulo.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2019.



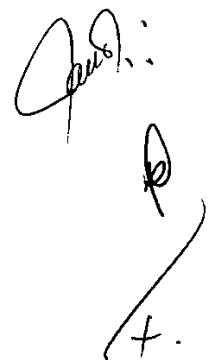
**RICARDO ROSATI**  
Sócio Administrador



**FÁBIO LUIS DE SOUSA**  
Sócio




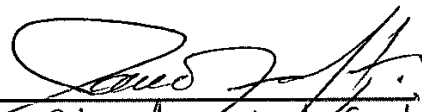
**LUCIANO CARDOSO DA SILVA**  
Sócio



[continuação da página de assinaturas da 33ª alteração de contrato social da Domínio Assessoria e Consultoria Contábil Ltda. datada de 26/04/2019].

**Testemunhas:**

  
 Nome: Jélica Rodrigues Fagundes  
 RG nº: 52.127.273-7 SSP/SP  
 CPF/MF nº: 418.417.188-58

  
 Nome: Edson Aparecido da Silva  
 RG nº: 18.641.324-5 SSP/SP  
 CPF/MF nº: 060.956.148-05



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DOMINIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA EPP

NIRE: 332.1019162-4 Protocolo: 00-2019/279589-9 Data do protocolo: 14/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 15/05/2019 SOB O NÚMERO 00003611924 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BE35EC1E5488FB3A7A0482A5AB5CD4690856274D4994DEC3203F7991961A06F4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 11/12





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

## DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJP1900095213

### 01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

**DOMINIO ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL LTDA**

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

**04.491.285/0001-61**

### 02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

**211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio**

Número de Controle: RJ74154116 - 04491285000161

### 03. DOCUMENTOS APRESENTADOS



FCPJ



QSA

### 04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

### 05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA



Responsável



Preposto

NOME

**RICARDO ROSATI**

CPF

**127.141.598-42**

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

### 06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

### 07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE  
CADASTRADORA

### **34ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**

**CNPJ Nº 05.430.532/0001-82**

**NIRE Nº 3522988695-6**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual e na melhor forma de direito, os abaixo assinados:

1. **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, brasileiro, divorciado, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC sob nº 1SP177293/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 11.183.152-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 068.928.608-26, residente e domiciliado na Alameda das Seringueiras, nº 322, no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP: 06519-325; e,
2. **UIPIQUER GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC sob nº 1SP196349/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 19.895.476-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.910.958-09, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa, nº 3.604, bloco 02, apartamento 1.704, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22630-010; e,
3. **EDER MUTINELLI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC sob nº 1SP160918/O-2, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 15.360.645-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 077.069.838-70, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, nº 1.501, L.4, Q.26, Marambaia, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13.280-000, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,
4. **RICARDO ROSATI**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC sob nº 1SP220213/O-6, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.266.204-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 127.141.598-42, residente e domiciliado na Rua Custódio de Oliveira, nº 258, apartamento 72, Vila Suzana, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 05630-050, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

5. **ADILSON ERNESTO DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime comunhão total de bens, administrador e contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP266387/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 24.179.479-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 174.854.598-13, residente e domiciliado na Rua Jareva, nº 13, Condomínio Vista Alegre, Vista Alegre, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13285-112, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

6. **ANTONIO CARLOS COSTA**, brasileiro, separado judicialmente, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP220084/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 54.916.554-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº CPF nº 019.438.117-09, com endereço residencial na Rua Cipriano Barata, nº 900, apartamento 103, Ipiranga, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04205-000, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

7. **ANTONIO CARLOS PINTO DE AZEREDO**, português, divorciado, técnico em contabilidade, portador da Identidade Profissional nº 022251/O-9 CRC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 109.741.057-91, residente e domiciliado na Rua Fonte da Saudade, nº 71, apartamento 1.003, Lagoa, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22471-210, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

8. **CLÁUDIO PEIXOTO DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP-156807/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 20.072.045-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 106.219.068-83, residente e domiciliado na Rua Vereador José Hidelbrando de Paula, nº 481, Campestre, na Cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, CEP: 09080-240, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

9. **DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº RJ-124812/O-5, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 09.299.471-4 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 111.602.397-03, residente e domiciliado na Rua Ariapo, nº 310, bloco 03, apartamento 302, Taquara, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22730-180;

10. **ELIANA MILITÃO DA SILVA**, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, contadora registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP207834/O-3, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 14.850.006-7 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 051.130.528-17, residente e domiciliada na Avenida Jurema, nº 200, bloco A, apartamento 81, Indianópolis, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04079-000, representada pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.



11. **ÉVERTON ARAKEN PAETZOLD**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1PRO47959/O-9, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 5.855.059-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.989.769-20, residente e domiciliado na Avenida Pineville, nº 436, CS 09, Bairro Pineville, na Cidade de Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83325-585, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

12. **JOÃO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP217464/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 28.394.725-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 213.093.128-69, residente e domiciliado na Avenida Dr. Alberto Jackson Byington, nº 320, bloco 01, apartamento 22, Vila Menck, no Município de Osasco, no Estado de São Paulo, CEP: 06276-901, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

13. **MARCELO PFAENDER DE LIMA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº RJ-087435/O-0, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 08.808.551-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 042.980.837-21, residente e domiciliado na Rua Marquês Abrantes, nº 181, apartamento 1.101, Flamengo, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22230-060, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

14. **REGIS SATORU NARITA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP243801/O-9, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.288.096-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.785.568-86, residente e domiciliado na Rua Ângelo Cirello, nº 64, Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04737-010, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

15. **JOÃO OTÁVIO REZENDE DOS ANJOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº RJ-123837-O-0, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 12.782.768-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 113.146.757-45, residente e domiciliado na Estrada Capenha, nº 1570, bloco 2, apartamento 414, Pechincha, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22743-040, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração.

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, 206, 12º andar, conjuntos 1.210, 1.220, 1.230 e 1.240, Centro, CEP:

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

01037-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.430.532/0001-82, com contrato arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3522988695-6, têm entre si justo e contratado, por unanimidade, alterar parcialmente o contrato social, conforme cláusulas e condições a seguir:

## **I – SAÍDA DE SÓCIO**

Por este instrumento, decidem a unanimidade dos sócios, formalizar a saída da Sociedade do sócio **DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA**, qualificado no preâmbulo, detentor de 10 (dez) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando a quantia de R\$ 10,00 (dez reais), neste ato, ao se retirar da Sociedade, cede e transfere em caráter oneroso, pelo valor nominal, 10 (dez) quotas para o sócio majoritário **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, qualificado no preâmbulo, sendo que o pagamento relativo à cessão e transferência das quotas acima mencionadas foi realizada, neste ato, em moeda corrente nacional.

A cessão de quotas ora ocorrida, é realizada de forma irrevogável e irretratável e se aperfeiçoará com o pagamento dos valores ajustados entre as partes. Realizados os pagamentos, o sócio cedente **DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA** outorgará a mais ampla, geral e irrestrita quitação à Sociedade, não podendo as partes e/ou a Sociedade reclamarem um do outro, a qualquer tempo, em Juízo ou fora dele, a qualquer título ou pretexto.

Com a cessão e transferência de quotas realizada através do presente Instrumento, o sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES** passará a deter 12.465 (doze mil e quatrocentas e sessenta e cinco) quotas do capital social, no valor de R\$ 1,00 (um Real) cada, somando a quantia de R\$ 12.465,00 (doze mil e quatrocentos e sessenta e cinco Reais).

Tendo em vista as alterações discorridas acima, a Cláusula 4ª do Contrato Social passará a vigor com a seguinte redação:

### **“CAPÍTULO III CAPITAL SOCIAL**

**“Cláusula 4ª** - Nestes termos, o Capital Social da Sociedade é de R\$ 24.450,00 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) dividido em 24.450 (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda nacional e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<b>Sócio</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor em Reais</b>
<i>José Eduardo Cabrera Fernandes</i>	12.465	12.465,00
<i>Uipiquer Gomes dos Santos</i>	5.638	5.638,00
<i>Eder Mutinelli</i>	5.637	5.637,00

Ricardo Rosati	250	250,00
Adilson Ernesto da Silva	50	50,00
Antonio Carlos Costa	50	50,00
Antonio Carlos Pinto de Azeredo	50	50,00
Cláudio Peixoto da Silva	50	50,00
Eliana Militão da Silva	50	50,00
Éverton Araken Paetzold	50	50,00
João Batista Rodrigues	50	50,00
Marcelo Pfaender de Lima	50	50,00
Regis Satoru Narita	50	50,00
João Otávio Rezende dos Anjos	10	10,00
<b>Total</b>	<b>24.450</b>	<b>24.450,00</b>

**Parágrafo Primeiro** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

## **II - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Por fim, deliberam a unanimidade dos sócios, nesta oportunidade, pela consolidação das disposições constantes do Contrato Social da Sociedade, já incorporando as alterações aprovadas neste instrumento, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

### **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**

**CNPJ Nº 05.430.532/0001-82**

**NIRE 3522988695-6**

**1. JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, brasileiro, divorciado, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC sob nº 1SP177293/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 11.183.152-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 068.928.608-26, residente e domiciliado na Alameda das Seringueiras, nº 322, no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP: 06519-325; e,

2. **UIPIQUER GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP196349/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 19.895.476-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 110.910.958-09, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa, nº 3.604, bloco 02, apartamento 1.704, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22630-010; e,

3. **EDER MUTINELLI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP160918/O-2, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 15.360.645-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 077.069.838-70, residente e domiciliado na Rua São Sebastião, nº 1.501, L.4, Q.26, Marambaia, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13.280-000, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

4. **RICARDO ROSATI**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP220213/O-6, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.266.204-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 127.141.598-42, residente e domiciliado na Rua Custódio de Oliveira, nº 258, apartamento 72, Vila Suzana, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 05630-050, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

5. **ADILSON ERNESTO DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime comunhão total de bens, administrador e contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP266387/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 24.179.479-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 174.854.598-13, residente e domiciliado na Rua Jareva, nº 13, Condomínio Vista Alegre, Vista Alegre, na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP: 13285-112, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

6. **ANTONIO CARLOS COSTA**, brasileiro, separado judicialmente, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP220084/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 54.916.554-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº CPF nº 019.438.117-09, com endereço residencial na Rua Cipriano Barata, nº 900, apartamento 103, Ipiranga, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04205-000, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

7. **ANTONIO CARLOS PINTO DE AZEREDO**, português, divorciado, técnico em contabilidade, portador da Identidade Profissional nº 022251/O-9 CRC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 109.741.057-91, residente e domiciliado na Rua Fonte da Saudade, nº 71, apartamento 1.003, Lagoa, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22471-210, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

8. **CLÁUDIO PEIXOTO DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP-156807/O-7, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 20.072.045-4-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 106.219.068-83, residente e domiciliado na Rua Vereador José Hidelbrando de Paula, nº 481, Campestre, na Cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, CEP: 09080-240, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

9. **ELIANA MILITÃO DA SILVA**, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, contadora registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP207834/O-3, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 14.850.006-7 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 051.130.528-17, residente e domiciliada na Avenida Jurema, nº 200, bloco A, apartamento 81, Indianópolis, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04079-000, representada pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

10. **ÉVERTON ARAKEN PAETZOLD**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1PR047959/O-9, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 5.855.059-0 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 023.989.769-20, residente e domiciliado na Avenida Pineville, nº 436, CS 09, Bairro Pineville, na Cidade de Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83325-585, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

11. **JOÃO BATISTA RODRIGUES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP217464/O-4, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 28.394.725-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 213.093.128-69, residente e domiciliado na Avenida Dr. Alberto Jackson Byington, nº 320, bloco 01, apartamento 22, Vila Menck, no Município de Osasco, no Estado de São Paulo, CEP: 06276-901, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

12. **MARCELO PFAENDER DE LIMA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº RJ-087435/O-0, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 08.808.551-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 042.980.837-21, residente e domiciliado na Rua Marquês Abrantes, nº 181, apartamento 1.101, Flamengo, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22230-060, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

13. **REGIS SATORU NARITA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº 1SP243801/O-9, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 18.288.096-5 e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.785.568-86, residente e domiciliado na Rua Ângelo Cirello, nº 64, Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04737-

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

010, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração; e,

**14. JOÃO OTÁVIO REZENDE DOS ANJOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC sob nº RJ-123837-O-0, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 12.782.768-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o 113.146.757-45, residente e domiciliado na Estrada Capenha, nº 1570, bloco 2, apartamento 414, Pechincha, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22743-040, representado pelo sócio **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES**, já qualificado, através de instrumento de procuração.

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, 206, 12º andar, conjuntos 1.210, 1.220, 1.230 e 1.240, Centro, CEP 01037-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.430.532/0001-82, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 3522988695-6, tem entre si justo e contratado, por unanimidade, consolidar o contrato social nos seguintes termos:

## **CAPÍTULO I** **DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

**Cláusula 1ª** – A Sociedade será organizada sobre a forma de Sociedade Limitada, em consonância com os artigos 1.052 a 1.087, todos da Lei nº 10.406/02 (Código Civil) e funcionará sob a denominação **CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**, que adotará o nome fantasia “**MAZARS**”, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, 206, 12º andar, conjuntos 1.210, 1.220, 1.230 e 1.240, Centro, CEP 01037-010, inscrita no CNPJ/MF nº 05.430.532/0001-82, com seus atos constitutivos registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, (I) Filial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Candelária, nº 60, 8º andar, unidades 801 a 807, 813, 814 e 9º andar, Centro, CEP: 20091-020, com CNPJ/MF nº 05.430.532/0002-63; e, (II) Filial na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Avenida José de Souza Campos, 243, salas 101 e 102, Condomínio Hannover Tower, Cambuí, CEP: 13025-320, da Consolidação deste Contrato Social, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, através de deliberação dos sócios.

**Cláusula 2ª** – A sociedade iniciou suas atividades em 24 de outubro de 2002 e seu prazo de duração é indeterminado.

## **CAPÍTULO II** **OBJETO SOCIAL**



**Cláusula 3ª** - O objetivo social é a prestação de serviços profissionais de assistência contábil, organização de sistemas contábeis, assistência contábil-fiscal, perícia contábil e demais serviços inerentes à profissão de contador e técnico em contabilidade, nos termos do artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, combinado com as Resoluções do CFC vigentes, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, bem como a participação em outras empresas do mesmo segmento, na qualidade de sócio.

### **CAPÍTULO III** **CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula 4ª** - Nestes termos, o Capital Social da Sociedade é de **R\$ 24.450,00** (vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais) dividido em 24.450 (vinte e quatro mil, quatrocentas e cinquenta) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda nacional e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<b>Sócio</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor em Reais</b>
José Eduardo Cabrera Fernandes	12.465	12.465,00
Uipiquer Gomes dos Santos	5.638	5.638,00
Eder Mutinelli	5.637	5.637,00
Ricardo Rosati	250	250,00
Adilson Ernesto da Silva	50	50,00
Antonio Carlos Costa	50	50,00
Antonio Carlos Pinto de Azeredo	50	50,00
Cláudio Peixoto da Silva	50	50,00
Eliana Militão da Silva	50	50,00
Éverton Araken Paetzold	50	50,00
João Batista Rodrigues	50	50,00
Marcelo Pfaender de Lima	50	50,00
Regis Satoru Narita	50	50,00
João Otávio Rezende dos Anjos	10	10,00
<b>Total</b>	<b>24.450</b>	<b>24.450,00</b>

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

### **CAPÍTULO IV** **ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**Cláusula 5ª** - A Sociedade será administrada, conjunta ou isoladamente, pelos sócios **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES** e **UIPIQUER GOMES DOS SANTOS**, já qualificados.

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

**Parágrafo Primeiro** - Os administradores ficam dispensados de caução e poderão ser destituídos de suas funções, sem direito a qualquer indenização, devendo no mesmo ato proceder-se a sua substituição. O *quórum* deliberativo, tanto para a destituição, como para a nomeação do substituto, é de 75 % (setenta e cinco por cento) do capital social.

**Parágrafo Segundo** - Internamente, são atribuídos os poderes de gestão administrativa. Externamente, são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações. Para alienação ou gravame de bens do ativo cujo valor, individualmente ou no conjunto, corresponda a 20% (vinte por cento) ou mais do valor do patrimônio líquido contábil da Sociedade, é necessária a aprovação de sócios que representem pelo menos 50 % (cinquenta por cento) do capital social.

**Parágrafo Terceiro** - Externamente, a sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada:

- a) Por um dos administradores;
- b) Por procurador, estritamente de acordo com os poderes contidos nos respectivos instrumentos de mandato; ou,
- c) Por um procurador e um administrador, para questões relacionadas às movimentações de cunho financeiro, compreendendo, mais não se limitando, as movimentações bancárias, assinatura de contratos de câmbio e pagamentos de títulos e tributos, bem como, demais poderes que estiverem discriminados no instrumento de procuração.

**Parágrafo Quarto** - A outorga de procuração, em nome da sociedade, somente poderá ser feita desde que:

- a) Seja assinada por um dos administradores;
- b) Contenha prazo determinado de vigência, exceto se para fins judiciais; e,
- c) Especifique os atos a serem praticados.

## **CAPÍTULO V**

### **DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**Cláusula 6ª** - A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, estará a cargo dos sócios que responderão pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, salvo aqueles previstos na alínea “c” para os sócios técnicos em contabilidade.

## **CAPÍTULO VI**

### **EXERCÍCIO SOCIAL**

**Cláusula 7ª** – O exercício social, em coincidência com o ano civil, tem início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro, quando serão levantados o balanço e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições contratuais, legais e contábeis.

**Parágrafo Primeiro** – Havendo lucros, os mesmos serão distribuídos proporcionalmente à participação de cada sócio quotista, admitida a distribuição não proporcional, desde que assim decidam os sócios administradores.

- a) Os sócios terão o direito de destinar a totalidade ou parte dos lucros para um fundo de reserva; e,
- b) Os prejuízos serão transferidos para o exercício seguinte, respeitadas as disposições legais.

**Parágrafo Segundo** – Os administradores, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer sócio, poderão, no curso do exercício social, levantar balanços intermediários, competindo à Assembleia de Sócios, para tanto convocada, deliberar sobre a destinação aos eventuais lucros líquidos apurados.

## **CAPÍTULO VII**

### **FALECIMENTO, INTERDIÇÃO E IMPEDIMENTOS**

**Cláusula 8ª** – Em caso de falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, o valor das quotas do capital social que tiver integralizado, corrigido monetariamente pela variação acumulada do IPC ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo como indicador oficial de inflação no Brasil na data da retirada, entre a(s) data(s) da(s) efetiva(s) integralização(ões) e a data do falecimento, interdição, impedimento definitivo ou desistência de continuidade de qualquer dos sócios, será reembolsado aos herdeiros ou a quem de direito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela 30 (trinta) dias contados a partir da data da morte ou retirada do sócio interditado ou impedido.

**Parágrafo Único** - Se em partilha decorrente de separação judicial, divórcio ou dissolução de união estável de sócio forem atribuídas quotas sociais a cônjuge ou convivente não sócio, a este serão pagos os respectivos haveres sociais, segundo o procedimento estabelecido no caput deste artigo.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**Cláusula 9ª** – As quotas sociais e os direitos de subscrição poderão ser cedidos entre os sócios livremente, contudo não poderão ser cedidos a terceiros, sem que antes os demais sócios e a sociedade sejam notificados por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem, em igualdade de condições, seu direito de preferência na aquisição. Não havendo manifestação dentro dos 30 (trinta) dias, por parte dos demais sócios, estes perderão o direito de preferência. A notificação conterá o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas e o preço por ele proposto.

**Parágrafo Primeiro** - Se todos os demais sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, *pro-rata*, as quotas e/ou direitos que restarem.

**Parágrafo Segundo** - A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios remanescentes, representantes de mais de 1/4 do capital social, poderão rejeitar, expressamente, no mesmo prazo para manifestação do direito de preferência, mencionado no *caput* deste artigo, o nome do terceiro interessado na aquisição das quotas.

I - Em caso de discordância o cedente poderá indicar, por escrito, até 2 (dois) novos interessados na aquisição das quotas, informando os nomes e os preços por eles propostos, devolvendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência pelos sócios e pela sociedade.

II - Persistindo a discordância, promover-se-á a liquidação dessas quotas, restituindo ao sócio retirante seus haveres, na forma do Capítulo X - Cláusula 13ª deste contrato social.

**Parágrafo Quarto** - Não exercido o direito de preferência pelos quotistas e/ou pela sociedade, bem como não rejeitado, expressamente, o nome do terceiro interessado, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a um dos terceiros indicados, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento do prazo indicado no *caput* deste artigo, e após o qual a notificação perderá sua eficácia.

**Parágrafo Quinto** - A não observância do disposto neste artigo torna a transferência, cessão, alienação ou oneração, nula.

**Parágrafo Sexto** - Se as quotas forem alienadas a terceiros, cuja condição profissional não for idêntica à do sócio alienante, o Contrato Social deverá ser alterado para cumprimento das restrições previstas pelo artigo 25, do Decreto-Lei nº 9.295/46, assim como a modificação do objeto social e da responsabilidade técnica.

**Parágrafo Sétimo** - O não exercício, por parte do outro sócio, quanto ao direito de preferência, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas, observando-se, contudo, que o adquirente terá que ser obrigatoriamente contabilista ou profissional de outra profissão regulamentada, com registro no seu respectivo órgão de fiscalização.

## **CAPÍTULO IX**

### **DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS**

**Cláusula 10ª** – O contrato social somente será alterado por sócios que representem no mínimo 75% do capital social integralizado, sendo que qualquer dos sócios que não concordar com a alteração, nos termos do artigo 1077 da Lei nº 10.406/2002, terá direito ao recesso, recebendo seus haveres nos termos do Capítulo X – Cláusula 13ª, deste contrato social.

**Cláusula 11ª** – A Assembleia de Sócios que tem poderes para decidir todos os negócios da sociedade será convocada pelos Administradores, por três vezes, através de aviso convocatório, que deverá mediar entre a data da primeira inserção e a da realização da assembleia o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação e de cinco dias para as posteriores.

**Parágrafo Primeiro:** A publicação do aviso convocatório deverá ser feita no órgão oficial do Estado e em jornal de grande circulação.

**Parágrafo Segundo:** Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro:** Os sócios que representem a maioria simples do capital social integralizado também poderão convocar a Assembleia, desde logo, indicando a matéria a ser deliberada, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, nos casos previstos em lei ou no contrato.

**Parágrafo Quarto** - Haverá pelo menos uma Assembleia de Sócios por ano, nos quatro primeiros meses do exercício social subsequente, para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico do ano-calendário anterior, assim como para deliberar sobre outros assuntos de interesse da sociedade.

**Parágrafo Quinto** - As deliberações sociais serão sempre tomadas com base na participação dos sócios no capital social integralizado em Assembleia de Sócios, cujo *quorum* de instalação, em primeira convocação, é de  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, instala-se com qualquer número. À exceção dos *quoruns* especiais previstos neste contrato, as demais deliberações seguirão o quanto disposto no Código Civil em vigor.

**Parágrafo Sexto** - Se houver empate na votação, prevalecerá à deliberação que contar com os votos dos administradores e, se estes divergirem, a que contar com o voto do administrador que for o maior quotista de capital. Se ainda assim persistir o empate, prevalecerá à deliberação que contar com maior número de votos por cabeça.

**Cláusula 12ª** – A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado:

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

- a) Decisão relativa à fusão, cisão, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de associação com outras Sociedades, ou para reforma total ou parcial deste contrato;
- b) Liquidação da Sociedade;
- c) Fazer, mandar fazer ou permitir algum ato em virtude do qual os bens da Sociedade possam ser embargados ou sequestrados;
- d) Realizar investimentos em outras Sociedades de valor superior a 20% do capital social integralizado;
- e) Requerer recuperação judicial ou falência da Sociedade;
- f) Concessão de quaisquer benefícios em favor de quaisquer dos sócios.

## **CAPÍTULO X**

### **EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

**Cláusula 13ª** – É admitida a exclusão de qualquer dos sócios da Sociedade, a qualquer tempo, por justa causa, mediante a decisão de conjunto de sócios que representem pelo menos, 75% do capital social integralizado.

**Parágrafo Primeiro** – Entende-se por justa causa como sendo qualquer inobservância pelo sócio em questão das obrigações previstas neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado e/ou na legislação aplicável, incluindo, (i) culpa ou dolo na condução dos negócios da respectiva sociedade, (ii) prática de atos contrários ao disposto na legislação aplicável, neste Contrato ou em qualquer Documento Relacionado, (iii) imposição de qualquer sanção (seja disciplinar ou de outra natureza) pelo órgão regulador da profissão no qual o sócio em questão seja ou deveria ser inscrito para o desempenho de suas atividades profissionais, (iv) prática de atos com a intenção de obter vantagem em nome próprio ou para terceiro que sejam prejudiciais aos interesses da respectiva sociedade, (v) quebra do affectio societatis; (vi) descumprimento de qualquer obrigação decorrente de qualquer contrato firmado com qualquer sociedade pertencente ao Grupo Mazars Brasil e/ou a qualquer outra sociedade do Grupo Mazars e ou (vii) ações do sócio que esteja tipificadas nos motivos passíveis da exclusão de sócio, previstos no item 15.3. do Acordo de Quotistas.

**Parágrafo Segundo** - Ao sócio de Saída, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, será dada ciência da causa justificada que se lhe imputa e será convocada Assembleia de Sócios, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual, por si ou por procurador, poderá o Sócio de Saída usar da palavra e inclusive oferecer defesa escrita, mas sem direito de voto.

**Parágrafo Terceiro** - Os sócios excluídos da Sociedade por decisão dos demais sócios, farão jus ao reembolso das quotas por ele efetivamente integralizadas, através da apuração dos haveres, que consistirá na devolução do calor investido para integralizar a sua participação no capital social, bem como, do valor relacionado ao capital de giro, até a data de sua retira, exclusão, sucessão, aposentadoria compulsória, falecimento, ausência e incapacidade, devidamente corrigido, conforme segue: **(i)** para a integralização do capital – a correção será realizada pelo índice que refletir a inflação do período contado



da data de integralização e (ii) para o capital de giro: o índice de correção a ser aplicado é o de 100% (cem por cento) do CDI ou outro índice que venha a substituí-lo, sendo considerada como data base para a apuração, a data da saída efetiva da Sociedade até a quitação da 24ª (vigésima quarta) parcela prevista no parágrafo 4º desta Cláusula.

**Parágrafo Quarto** – O pagamento dos haveres se dará em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devidamente corrigidas, conforme descrito no parágrafo precedente, sendo que a primeira parcela terá vencimento em 60 (sessenta) dias após a data base da apuração descrita no parágrafo 3º acima.

**Parágrafo Quinto** - O pagamento dos valores mencionados nos parágrafos terceiro e quarto acima isentará a sociedade das quotas e os demais sócios do seu grupo de quaisquer outros pagamentos ao Sócio de Saída ou a qualquer sucessor, inventariante ou curador do Sócio de Saída, a qualquer título.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 14ª** – Os sócios administradores **JOSÉ EDUARDO CABRERA FERNANDES** e **UIPIQUER GOMES DOS SANTOS** declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.011 da Lei nº 10.406/2002, bem como autorizam todos os registros, averbações e os demais atos necessários para a legalização do presente Contrato Social perante os órgãos competentes.

**Cláusula 15ª** – Todas e quaisquer dúvidas ou conflitos surgidos por conta do presente negócio jurídico serão dirimidas mediante, exclusivamente, procedimento de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, a ser instaurado com fundamento na lei aplicável.

**Parágrafo Único** – Os sócios renunciam expressamente à jurisdição Estatal, prevalecendo a jurisdição arbitral acima de qualquer outra, não comportando exceção. A jurisdição estatal somente funcionará na espécie para execução da sentença arbitral.

**Cláusula 16ª** – A sociedade será regida pelas disposições do Código Civil aplicáveis especificadamente ao tipo jurídico adotado, para os casos omissos no presente instrumento e no Código Civil, os mesmos serão regidos supletivamente pela Lei nº 6.404/76, nos termos do § 1º, no artigo 1.503 do Código Civil.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Instrumento Particular de alteração de Contrato Social da Sociedade **CABRERA CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA LTDA.**, em 01 (uma) via eletrônica para todos os fins e efeitos de direito.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2021.

**Assinado eletronicamente com e-CPF**

\_\_\_\_\_  
**José Eduardo Cabrera Fernandes**  
Sócio Administrador

**Assinado eletronicamente com e-CPF**

\_\_\_\_\_  
**Uipiquer Gomes dos Santos**  
Sócio Administrador

**Assinado eletronicamente com e-CPF**

\_\_\_\_\_  
**Diego Carneiro Teixeira**  
Sócio de Saída

A seguir, o sócio **José Eduardo Cabrera Fernandes**, passará a assinar como bastante procurador dos sócios abaixo relacionados e qualificados no preâmbulo deste instrumento, nos termos os respectivos instrumentos particulares de procuração:

**Assinado eletronicamente com e-CPF**

\_\_\_\_\_  
Adilson Ernesto da Silva; Antônio Carlos Costa; Antônio Carlos Pinto de Azeredo; Cláudio Peixoto da Silva; Éder Mutinelli; Eliana Militão da Silva; Éverton Araken Paetzold; João Batista Rodrigues; Marcelo Pfaender de Lima; Ricardo Rosati; Regis Satoru Narita; e, João Otávio Rezende dos Anjos.

(Última página de assinaturas da 34ª alteração contratual da sociedade Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda, datada de 28 de fevereiro de 2021.)

Este documento foi assinado digitalmente por DIEGO CARNEIRO TEIXEIRA, Uipiquer Gomes Dos Santos e Jose Eduardo Cabrera Fernandes.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 05BF-5DC4-DF62-DB0C.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/05BF-5DC4-DF62-DB0C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 05BF-5DC4-DF62-DB0C



### Hash do Documento

5A2355A05E5EDC0DE4F615ACB17EA7C3DDDB76F52F9A09B459C863441C2CFAEC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2021 é(são) :

☒ Diego Carneiro Teixeira (Parte) - 111.602.397-03 em 30/03/2021

15:56 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

☒ uipiquer Gomes dos Santos (Parte) - 110.910.958-09 em

29/03/2021 19:37 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

☒ José Eduardo Cabrera Fernandes (Parte) - 068.928.608-26 em

29/03/2021 19:36 UTC-03:00

**Nome no certificado:** Jose Eduardo Cabrera Fernandes

**Tipo:** Certificado Digital

